

## A REFORMA ESSENCIAL

### 1

Também eu me senti desconsolado ao ver o Governo Português ser complacente para com os incumprimentos deliberados da França e da Alemanha ao Pacto de Estabilidade e Crescimento. Preferiria que Portugal estivesse na posição da Espanha: confiante, com contas equilibradas e uma economia pujante, os espanhóis não hesitaram na condenação a Franceses e Alemães. Dos países da coesão, foram a exceção. Portugal seguiu a linha possível, a par da Grécia e da Irlanda.

E porque tenho de aceitar, resignado, a atitude do Governo nacional? Portugal foi o primeiro país, em 2001, a violar o Pacto. Excelente ponto de partida para ser intransigente com os incumprimentos dos outros, não será? Em nome do pragmatismo político, que alternativa se podia exigir ao Governo quando - precisamente com comissários alemães e franceses - se negociaram antes exceções que nos evitassem multas a propósito, por exemplo, do incumprimento das quotas leiteiras? Ou se precisou da “boa vontade” excepcional comunitária para segurar a concorrência da frota pesqueira espanhola por mais dez anos fora das águas nacionais. É assim, a política: “Não te dês ao luxo de ser duro para fora quando vives a lutar para vencer as tuas seculares fragilidades internas e podes continuar a precisar da benevolência alheia...”, terá pensado, resignada, Manuela Ferreira Leite.

### 2

Com a atitude da Alemanha e França e a resposta do Ecofin é certo que o Pacto, tal como está, fica ferido e terá de ser reajustado para não morrer de vez. No que diz respeito à política financeira do Governo essa discussão eurocrata deve relevar pouco. Ou melhor, nada. A obsessão do Governo pelo défice inferior a 3% é, apenas, uma meta de curto prazo. A verdadeira obsessão deste Governo deve residir num défice zero das contas públicas e a cumprir no mais curto espaço de tempo possível.

Argumentam Keynesianos e a esquerda socialista com a tese dos “défices virtuosos”. Verdade seja dita que também eu li, em alguns livros de economia, defesa abundante dessa tese. A economia portuguesa tem sido mesmo escrava - desde o Estado Novo salazarista, passando pelo período selvático pós revolucionário, até aos recentes governos cavaquistas e socialistas - desta fé incomensurável da bondade do investimento público como motor da economia.

A consequência dessa fé revela-se num facto impressionante : desde há duas décadas e meia Portugal, ano após ano e sem uma única falha, acumula taxas de investimento público sempre, sempre( repito para que a esquerda registre bem), superiores à média europeia. Durante a década de 80 era frequente a Europa investir 3% da sua riqueza em investimento público. Portugal investia entre 3,2% a 4%. Já nos anos 90 a Europa reduziu essa taxa para 2,5%. Portugal de Cavaco Silva investia 3,5% para com Guterres saltar bem acima dos 4%. Os resultados desta carga generosa de investimento público contrariam as teses ingénuas dos velhos livros de economia. Portugal tem hoje estradas, mas não se nos conhece uma estratégia logística e de transportes. Portugal tem hoje escolas em abundância, o que não se lhes reconhece, em muitos casos, é um ensino de mérito e capacidade de gestão. Salvo pontuais excepções, Portugal tem hoje hospitais em abundância geridos, isso sim, tantas vezes no mais completo amadorismo, com taxas de infra utilização dos equipamentos e falta de médicos e técnicos em sectores específicos. Por isso eu escrevo para que socialistas e a extrema esquerda radical possam ler : o que o País precisa não é de mais investimento público, não senhor, o que o País precisa é de boa gestão do gasto público, coisa que nunca houve em 25 anos de Democracia. No que toca à Administração Pública, o que importa, no momento actual, é a sua gestão. E não mais gasto.

### 3

O resultado final para a economia e para o sector privado desta política que sempre privilegiou o Estado como motor do desenvolvimento só podia ser aquele que tão bem conhecemos e sofremos : para além de custarmos um Estado ineficiente, temos a economia e as empresas menos produtivas e competitivas da Europa. O que se traduz na consequência fatal : a maioria das empresas pagam salários baixos e os portugueses vivem pior que qualquer outro povo da comunidade.

A solução para sairmos deste círculo vicioso em que vivemos secularmente passa por transferir poder para o sector privado e para as famílias. Ora isso só é possível com um Estado ligeiro, racional e de contas equilibradas. Um Estado forte a assegurar a soberania, um Estado forte a regular e fiscalizar a economia, um Estado forte a definir, contratar e fiscalizar os serviços sociais. Um Estado forte a respeitar a liberdade individual e a reconhecer capacidade de decisão às famílias.

O equilíbrio orçamental do Estado é a principal reforma de mentalidade que este Governo tem de ganhar. Na medida em que equilibremos as contas, espaço teremos para reduzir os impostos sobre as empresas que geram riqueza e sobre as famílias, nomeadamente as da classe média, que hoje vêem o Estado - entre segurança social e fisco - cobrarem-lhes facilmente um terço do que ganham. Com empresas e famílias mais ricas, o governo libertará a sociedade do espartilho que nos tem subjugado. É na acumulação de riqueza e poupança nas empresas e famílias - que logo se traduzirá em investimento racional e produtivo - que reside a verdadeira dinâmica do nosso desenvolvimento. Não nos venham com a receita velha do papel do Estado para vencermos o desafio da aproximação à Europa. Confiemos o papel principal à sociedade civil. Tenhamos a coragem de terminar a reforma que iniciámos : controlo da despesa pública, combate à evasão fiscal, défice zero, redução sustentada e forte de impostos, acumulação de riqueza nas empresas e famílias, investimento produtivo e rentável. Este é o círculo virtuoso que proponho, o contrato que, acredito, este Governo quer estabelecer com a sociedade. A explicação e a comunicação da receita nem sempre terão sido brilhantes. A execução da política nem sempre terá estado isenta de falhas. Mas os progressos são claros. O défice global da Administração Pública corrigido do ciclo económico (2%) é hoje metade do de 2001. E com a retoma, que se acentuará em 2005 e 2006, será possível chegarmos a 2006 em equilíbrio orçamental.

Ouvir falar de equilíbrio orçamental como a reforma essencial soar a heresia para a esquerda socialista e radical. É por acreditar na indispensabilidade desta reforma que eu louvo a obsessão orçamental de Manuela Ferreira Leite. Que o Governo não facilite, agora que outras Nações falham e as imposições de fora deixaram de ser ameaça credível.

*António Pires de Lima*  
*Político e Gestor*

9.12.2003